



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO N.º 792, DE 2023

(Da Sra. Duda Salabert e outros)

Requer o envio de Indicação ao Excelentíssimo Presidente da República, sugerindo a declaração de estado de emergência climática.

DESPACHO:

PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE E, APÓS, ARQUIVE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2023

(Das Sras. Duda Salabert e Tabata Amaral e dos Srs. Pedro Campos e Amom Mandel)

Requer ao Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil a declaração de estado de emergência climática em nosso país.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil,

É urgente que seja declarado Estado de Emergência Climática em nosso país e tomadas medidas concretas para conter e reverter as mudanças climáticas. O planeta Terra está enfrentando uma emergência climática que se configura como uma ameaça catastrófica, essa é a conclusão de 11.000 cientistas que assinam o artigo *World Scientists' Warning of a Climate Emergency*¹. Apesar de mais de 40 anos de negociações internacionais sobre o clima, os esforços empreendidos em âmbito global e nacional não têm sido suficientes, em especial pelos retrocessos ambientais impostos ao povo brasileiro nos últimos anos.

Os sinais da mudança climática já estão entre nós. Segundo dados do Painel Intergovernamental para as Mudanças climáticas (IPCC)², da Organização das Nações Unidas, a influência humana aqueceu o clima a uma taxa que não tem precedentes pelo menos nos últimos 2 mil anos. A temperatura do planeta, hoje, é cerca de 1,09° C maior que a observada no período de 1850 a 1900. Segundo o IPCC, 1,07° C desse aquecimento é responsabilidade das ações humanas no planeta. As mudanças climáticas têm a característica de aumentar a quantidade e a intensidade dos eventos extremos climáticos, de calor e precipitação, dentre outras tantas consequências que configuram um novo cenário para a sociedade humana, tal qual as fortes chuvas em Petrópolis, no RJ, em 2022, Bertioga e São Sebastião, em São Paulo, neste ano, com mortes, ferimentos e pessoas perdendo suas casas e bens, com grande impacto, também, nos orçamentos municipais, estaduais e federal. Temos também as secas, o aumento da ocorrência de doenças zoonóticas, como a dengue, entre outros tantos eventos.

¹ <https://academic.oup.com/bioscience/article/70/1/8/5610806>

² <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>



Como mostra o Estudo Técnico do Observatório dos Desastres Naturais³, da Confederação Nacional de Municípios, desastres naturais causaram, na última década, um prejuízo estimável de R\$ 401,3 bilhões em todo o Brasil.

Sendo assim, considerando o atual cenário de emergência climática global e a elevada vulnerabilidade da população brasileira, se faz urgente transformar em política de estado o endereçamento da emergência climática. Ao declarar Estado de Emergência Climática, o Brasil se juntaria a um movimento global, capitaneado por países como Argentina, Canadá, França, Itália, Japão, Portugal e tantos outros. A declaração, por si só, é um reconhecimento simbólico da urgência do momento que vivemos, de que estamos perto de atravessar o ponto de não retorno, em que não será mais possível reverter os danos causados pelas mudanças climáticas, como alertado por cientistas na prestigiosa revista *Science*⁴. Além disso, inspirados na declaração apresentada no parlamento estadunidense⁵, sugerimos que a declaração brasileira venha em conjunto com medidas concretas para:

(1) investir em projetos de mitigação e resiliência de larga escala, incluindo projetos que:

- (a) atualizam a infraestrutura pública para expandir o acesso a energia limpa e acessível, transporte, banda larga de alta velocidade e água, especialmente para sistemas públicos;
- (b) modernizam e reformam milhões de residências, escolas, escritórios e edifícios industriais para reduzir a poluição e os custos, resistir às chuvas intensas e promover conforto térmico durante ondas de calor;
- (c) invistam em saúde pública, em preparação e resposta a eventos climáticos cada vez mais extremos;
- (d) protejam e restaurem pântanos, florestas, terras públicas e outras soluções climáticas naturais;
- (e) criem oportunidades para agricultores e comunidades rurais, inclusive reforçando a agricultura regenerativa, e investir em sistemas alimentares locais e regionais que apoiem a agricultura familiar;
- (f) desenvolvam e transformem a base industrial do Brasil, ao mesmo tempo em que cria empregos de manufatura de alta qualificação e altos salários em

³ https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Defesa%20Civil_03-2023_Estudo%20T%C3%A9cnico_Danos%20e%20Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres_2013%20a%202023.pdf

⁴ <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abn7950>

⁵ <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-bill/794/text?q=%7B%22search%22%3A%5B%22hr+1%22%5D%7D&r=66&s=1>



todo o país, inclusive expandindo a fabricação de tecnologias limpas, reduzindo a poluição industrial, acabando com a minério-dependência de municípios mineradores e priorizando a fabricação doméstica limpa para o mencionado acima investimentos; e

(g) estabeleçam novos programas de emprego, conforme necessário, para atender às metas descritas nos itens (a) a (f);

(2) fazer investimentos que permitam:

- a) uma transição racial e socialmente justa para uma economia de energia limpa, garantindo que um potencial mínimo - e justo - dos investimentos fluam para comunidades historicamente desfavorecidas;
- b) reduções de emissão de gases de efeito estufa e de poluentes atmosféricos, que degradam a qualidade do ar;
- c) a resiliência frente aos impactos das mudanças climáticas;
- d) o apoio a pequenas empresas, especialmente para mulheres e empresas pertencentes a minorias; e
- e) a expansão dos serviços públicos;

(3) evitar soluções que:

- a) aumentam a desigualdade;
- b) exacerbam ou não reduzem a poluição na fonte;
- c) violam os direitos humanos;
- d) privatizam terras públicas, água ou natureza; ou
- e) aceleram a destruição de ecossistemas;

(4) criar empregos em conformidade com os padrões de trabalho que:

- a) ofereçam salários e benefícios para o sustento da família;
- b) garantam locais de trabalho seguros;
- c) protejam os direitos de organização dos trabalhadores; e
- d) priorizam a contratação de trabalhadores locais e de comunidades tradicionais para garantir que os salários permaneçam nas comunidades e estimulem a atividade econômica local



Considerando o importante papel da economia em todo o processo de descarbonização e adaptação, tais medidas podem ser encapadas ou encamparem uma proposta de recuperação verde do nosso país.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2023.

DUDA SALABERT
PDT/MG

TABATA AMARAL
PSB/SP

PEDRO CAMPOS
PSB/PE

AMOM MANDEL
Cidadania/AM





Indicação **(Da Sra. Duda Salabert)**

Requer o envio de Indicação ao
Excelentíssimo Presidente da República,
sugerindo a declaração de estado de
emergência climática.

Assinaram eletronicamente o documento CD236199469200, nesta ordem:

- 1 Dep. Duda Salabert (PDT/MG)
- 2 Dep. Tabata Amaral (PSB/SP)
- 3 Dep. Pedro Campos (PSB/PE)
- 4 Dep. Amom Mandel (CIDADANIA/AM) - Fdr PSDB-CIDADANIA



FIM DO DOCUMENTO